

Ciência e Poder: O Caso da Economia

Fernanda A. da Fonseca Sobral*

Resumo

Este artigo analisa as articulações entre o campo do conhecimento na área de Economia e o campo do poder a partir do pensamento de Michel Foucault segundo o qual o poder viabiliza a organização do saber ao mesmo tempo em que o saber também assegura o exercício do poder. O tema é tratado em diferentes períodos da história brasileira. Inicialmente, são abordadas as origens e o desenvolvimento do pensamento econômico no Brasil Império e na Primeira República (décadas de 40 e 50), passando-se ao período em que a Economia conquista a sua autonomia em relação às outras disciplinas com que esteve associada (Direito, Politécnica, Contabilidade, Ciências Sociais); este também é o momento da emergência da teoria do desenvolvimento. São ainda apresentadas as principais instituições e tendências de produção de conhecimento em Economia após a Reforma Universitária de 1968 e do estabelecimento de uma política de Pós-Graduação.

A análise das possíveis articulações entre o campo do conhecimento e o campo do poder já é tradição nos estudos da Sociologia da Ciência e da Sociologia do Conhecimento. Entretanto, amplia-se este tipo de abordagem, a partir da idéia de que o campo de poder que condiciona o processo de conhecimento não se limita apenas ao jogo das forças econômicas, políticas e sociais, mas também às forças que se localizam no próprio campo de conhecimento.

A idéia de Foucault de que o poder tem uma dimensão positiva, ou seja, de que viabiliza a produção de determinados saberes, na medida em que as instituições organizam e individualizam determinados objetos, tornando possível o seu conhecimento, é pertinente neste

* Agradeço aos bolsistas de IC Regina Yoshie Matsue, Georgia A. Gomes de Matos, Karla Fernandes Skeff e Marcus Alberto Loureiro pela valiosa contribuição a esse artigo.

contexto.¹ Por outro lado, Foucault também se refere ao poder do saber (ou dos saberes), no sentido de que todo saber também assegura um exercício de poder seja pelo exoterismo e hermetismo do seu discurso, dificultando o acesso aos não "iniciados" (Foucault, 1971, 1978), seja pela possibilidade de geração de novos conhecimentos (Foucault, 1966) ou pelo controle social que o conhecimento pode permitir (Foucault, 1975, 1978).

Daí ser a intenção do presente artigo analisar, em diferentes períodos da história brasileira, as condições sócio-institucionais de produção do conhecimento na área de Economia, relacionando-as ao espaço epistêmico, ou seja, caracterizar os principais agentes (em termos de instituições e de pessoas) e as principais tendências na produção do conhecimento, procurando mostrar também como esse conhecimento se efetivou em relações de poder.

A opção pela análise da Ciência Econômica deveu-se ao interesse pelo estudo sobre o campo de poder externo e interno ao conhecimento. A Ciência Econômica talvez seja aquela que, historicamente, tenha tido o maior impacto na conjuntura política brasileira e, recentemente, tem passado por um processo de deslegitimação. Trata-se então de um caso que permite analisar claramente a relação entre conhecimento e poder.

Num primeiro momento, pretende-se mostrar as origens e o desenvolvimento do pensamento econômico no Brasil Império e na Primeira República. Depois se passará ao período em que a Economia conquista a sua autonomia em relação às outras ciências com as quais esteve associada (décadas 40 e 50) e quando emerge a teoria do desenvolvimento. O terceiro momento mostrará a produção do conhecimento na Economia a partir da Reforma Universitária de 1968 e do estabelecimento de uma política de pós-graduação.

1. Origens e desenvolvimento do pensamento econômico no Brasil

A precariedade da mentalidade científica no período colonial deveu-se até certo ponto ao monopólio da Igreja sobre o ensino em Portugal e que se refletiu no Brasil no sentido da transmissão de um pensamento dogmático e pouco propenso ao desenvolvimento de uma mentalidade científica.

No entanto, após a chegada do príncipe regente, D. João VI, à Bahia em 1808 e com a abertura dos portos brasileiros ao comércio

internacional, ocorreram maiores possibilidades de intercâmbio comercial e cultural.

Além disso, a administração de D. João VI (1808-1821) foi propulsora de uma cultura moderna. Fundou a Imprensa Régia, a primeira biblioteca pública, cursos médicos, academias, o Real Horto, o Museu Real e o Jardim Botânico. Entretanto, o ensino básico continuou nas mãos da Igreja e as tentativas de criação de universidades ficaram ao nível de propostas e debates na Assembléia Constituinte. Isso porque a prioridade se atinha ao atendimento das necessidades decorrentes do processo de urbanização pelo qual o país passava.

Mesmo assim, foi neste período que a economia deu seus primeiros passos através da publicação dos "Princípios de Economia Política" de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Esta obra significou o ponto de partida das idéias econômicas que serão ensinadas e que influenciarão o pensamento e a política nacional, predominantemente no Século XIX, mas que tem seus reflexos até os dias de hoje. A sua doutrina é uma síntese do mercantilismo do final do Século XVIII e do liberalismo inglês (Adam Smith) adaptada à situação brasileira. A sua influência sobre outros economistas brasileiros, tais como Rui Barbosa, Vieira Souto, Aarão Reis, não se deu apenas pelo que lecionou (foi o primeiro professor de Economia Política do Brasil), mas também pelo que escreveu e pela sua atuação política.

O período pós-independência, a partir de 1822, foi tão tumultuado com lutas para sustentá-la contra as reações portuguesas, além de outros problemas militares, que não foi possível grandes empreendimentos no plano cultural, tanto que as únicas iniciativas foram a criação de duas faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais em 1827 em Olinda e São Paulo. É exclusivamente nessas faculdades que se leciona Economia, a título complementar. Por isso mesmo, não havia propriamente o ensino da Ciência Econômica, mas de doutrinas econômicas. O classicismo liberal predominou de uma forma geral nesse período no ensino da Economia.

No período de D. Pedro II, destacaram-se as reformas do Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), que transformou a Escola Central em Politécnica, reorganizou os cursos de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais e fundou a Escola de Minas em 1875. Em 1864, há a introdução do ensino de Economia Política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e em 1896 em São Paulo. O Visconde do Rio Branco adotava uma linha econômica de cunho intervencionista-

industrialista moderada, ou seja, propunha uma política protecionista com o objetivo de promover a industrialização emergente. A própria formação em engenharia dos próximos três professores de Economia na Escola Politécnica (Vieira Souto, Aarão Reis e Tobias Moscoso) os levou a reafirmar essa orientação, cuja ênfase recaía na produção e circulação de bens. Conseqüentemente, o conhecimento decorrente da associação da Engenharia com a Economia resultou em medidas políticas efetivas, pois o Visconde de Rio Branco, enquanto ministro, instituiu em 1874 a Tarifa Rio Branco que fixava impostos para importação.

Além das relações entre a Economia e o poder político, deve-se ressaltar, mais uma vez, sua associação com outras disciplinas, agora não apenas com o Direito, mas também com a Engenharia, visto que a partir de 1869, o ensino da Economia nas Faculdades de Direito de Recife e São Paulo vai ser acrescido por aquele oferecido pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Na Primeira República, o número de instituições científicas, embora ainda pequeno, aumentou, por exemplo, com a criação do Museu Paraense, por Emílio Goeldi em 1885, ou melhorou suas instalações, como as do Observatório Nacional. O número de estrangeiros que trabalhava no Brasil² também aumentou, muitos deles contratados pelo governo. Ao mesmo tempo, a preocupação com o saneamento e a Medicina crescia, como atesta a criação do Instituto Oswaldo Cruz. Por isso, pode-se afirmar que assim como nesse período a ameaça de doenças epidêmicas começou a estimular a pesquisa científica e a criação de institutos na área de saúde pública, também os problemas financeiros e sociais deram impulso às Ciências Jurídicas e Econômicas.

Destaca-se aqui Rui Barbosa que elaborou um plano de reforma da educação secundária e que reabriu discussões sobre a necessidade de universidades no Brasil. Embora a universidade só tenha sido criada no Século XX, várias faculdades de Direito foram fundadas com a instituição do ensino livre superior. A primeira foi na Bahia em 1891, seguindo-se a de Ouro Preto em 1892, a de Porto Alegre em 1900 e a do Ceará em 1903, embora já houvessem as de Olinda e São Paulo, criadas desde 1827. Nos 17 anos seguintes foram fundadas mais 13 faculdades de Direito.

Nesse período predomina ainda o ensino da Economia enquanto doutrina econômica e baseado nas correntes liberais.

Enquanto o ensino de Economia nas faculdades de Direito se preocupava com os problemas monetários, fiscais e cambiais, enfatizando

ainda mais a importância dos bancos e de políticas alfandegárias, nas escolas politécnicas voltava-se de preferência para problemas tecnológicos e para as possibilidades de produção interna e comércio internacional. A Primeira Guerra Mundial veio fortalecer a segunda tendência, pois tanto a Economia como a Engenharia passam a tentar estratégias para um projeto de industrialização, embora de ângulos diferentes. Não é por acaso que, durante o período que vai da Independência à Segunda Guerra Mundial, quase todos os Ministros da Fazenda foram bacharéis em Direito ou Engenheiros.

Sendo assim, determinados acontecimentos de ordem política aliados ao surgimento de uma cultura científica criaram condições para a produção de saberes na área de Economia, que por sua vez passaram também a ter efeitos políticos.

Por volta de 1934, organiza-se pela primeira vez um curso de Contabilidade (que não é simples escrituração mercantil), começando então uma fase de associação da Economia com a Contabilidade, pois até 1930 a associação se dava com o Direito e a Engenharia. Figuras destacadas desse período foram Otávio Gouvea de Bulhões, Djacir Menezes e Eugênio Gudín, que posteriormente tiveram um papel fundamental na separação entre a Economia e a Contabilidade.

Porém, o debate que se realizou no Brasil na época da reconstrução do pós-guerra era travado, por um lado, pelo professor Gudín e por outro, pelo professor Roberto Simonsen. Simonsen, um dos pioneiros da industrialização, teve a percepção nítida dos problemas que a industrialização acarretaria para a economia brasileira, convencido de que a indústria nacional deveria ser protegida contra a concorrência estrangeira, e favorável a um intervencionismo do Estado para exercer tal proteção. Já Gudín percebia a necessidade de um fortalecimento da indústria, porém se opunha a Simonsen na medida em que era contra o excesso de proteção à indústria. Ressaltava que o Brasil precisava também de uma agricultura próspera; para ele, a combinação da política industrial e agrícola é que determinaria uma economia sólida. A primeira tendência foi a predominante, sendo que na reconstrução do Brasil (pós-guerra), a industrialização foi privilegiada, recebendo maior atenção que a agricultura. Por isso, o pensamento econômico desse período estava engajado politicamente na discussão do processo de industrialização brasileira.

Gudín fazia parte da corrente neoliberal, cuja base teórica se fundava nas teorias clássicas e neoclássicas e que defendia a prioridade da

livre movimentação das forças de mercado como meio de atingir a eficiência econômica. Simonsen fazia parte da corrente desenvolvimentista do setor privado que era favorável ao apoio estatal à acumulação privada e que tinha posições variadas sobre o grau de participação estatal no processo.

Esse período se caracteriza por duas tendências. A primeira, reflete a associação da Economia com a Contabilidade, a Administração e com a Politécnica, redundando numa tendência mais econométrica, ligando-se à Estatística e à Matemática para elaboração de modelos econômicos. A segunda, a associação com as Ciências Sociais, resultando num maior desenvolvimento da Economia Política, dada a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934, onde a Economia Política terá um lugar de destaque no curso de Ciências Sociais. A Economia Política encontrará apoio na Sociologia, Filosofia, Geografia Humana, Antropologia, etc. Exemplo dessa tendência são as obras de Sociologia Econômica dessa época tais como *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire, *Roteiro do Café* de Sérgio Milliet e de História Econômica tais como *As Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *História Econômica Brasileira e Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior.

2. A autonomia da economia e a teoria do desenvolvimento

A partir do início do Século XX, com a vinda de imigrantes atraídos pela cultura do café, com o primeiro surto de industrialização e, conseqüentemente, com a expansão da vida urbana, abre-se o caminho para o desenvolvimento da ciência propriamente dita entre nós, inclusive da Ciência Econômica. A complexidade do meio econômico exige um pensar mais racional sobre os seus problemas com o objetivo de melhor conhecê-los e dirigi-los. O espírito racional, característico da ciência a partir do Iluminismo francês, começa a se propagar também na Economia. Além disso, as transformações e as crises pelas quais estava passando o sistema capitalista acentuam a necessidade do Estado, difundindo-se a idéia de uma economia planejada. Essas tensões são ainda mais aguçadas pela guerra mundial de 1914 e pela crise de 1929-30 que, no caso brasileiro, vão evidenciar os perigos de uma economia dependente baseada num único produto agrícola de exportação e a necessidade de uma sustentação mais sólida para nossa industrialização, antes totalmente orientada pelos acontecimentos externos.

O interesse pelos problemas econômicos passa a primeiro plano, o que ocasiona uma nova organização do estudo da Economia, acrescido do fato de que com a fundação das universidades,³ e com a organização do ensino superior em geral pelo Decreto Lei de 1938, se criam melhores condições de desenvolvimento das ciências no Brasil e de fundação de Faculdades de Economia.

A importância dos problemas econômicos, ao lado do próprio desenvolvimento da Economia como uma atividade científica vão exigir cada vez mais uma especialização em determinadas instituições onde o seu ensino e a sua pesquisa passem a ser orientadas segundo objeto definido da Economia e método que lhe é próprio.

É assim que o Decreto Federal nº 7.988 de 22/09/45 organiza o ensino superior de Ciências Econômicas e cria a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.⁴ Em 1946 é criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. A regulamentação da profissão de economista se dá em 1951.

Se o ensino da Economia nas faculdades começava a acontecer dentro da sua especialidade, outras instituições, não necessariamente universitárias, foram muito importantes ao seu desenvolvimento nesse período, como é o caso das agências governamentais (Exemplo: Conselhos Técnicos do 1º Governo Vargas e Comissões Econômicas Internacionais).

A Fundação Getúlio Vargas foi criada em 1944 com o objetivo de promover estudos e pesquisas na área econômica, divulgando os seus resultados na Revista Brasileira de Economia Política a partir de 1946 e na Conjuntura Econômica a partir de 1947. Também foram criados institutos de pesquisa econômica ligados à iniciativa privada, como o Instituto de Economia Mauá já criado em 1914 pela CNI no Rio de Janeiro, o Instituto de Economia Gastão Vidigal criado em 1944 pela Associação Comercial e Federação do Comércio de São Paulo e o Instituto de Economia Rural fundado em 1946 pela Associação Rural Brasileira e pela Federação de Associações Rurais de São Paulo.

Dessa forma, as décadas de 30 e 40 foram problemáticas para a economia brasileira, porém muito ricas para o desenvolvimento da Ciência Econômica. Foram criadas instituições universitárias e não universitárias que permitiram a produção de conhecimento e o estabelecimento de correntes de pensamento diferenciadas, a partir de certas influências teóricas, do maior grau de aproximação com outras disciplinas científicas e das instituições nas quais se realizavam.

Esse período culminou com a conquista da autonomia da Ciência Econômica onde as idéias de Foucault de que o poder produz o saber, na medida em que as instituições organizam e individualizam determinados objetos, viabilizando o seu conhecimento, é bastante esclarecedora. No caso da Economia no Brasil, certas condições sócio-institucionais possibilitaram a "individualização" do seu objeto.

Desde os reflexos da crise mundial de 1929-1930 e do processo de industrialização, a economia brasileira se torna mais complexa e problemática, devendo ser analisada mais cientificamente. Por outro lado, é também o período onde as teorias keynesianas passam a ter maior influência no pensamento econômico, no sentido da possibilidade de manipulação das variáveis econômicas. É aí que a economia conquista a sua autonomia pois antes se desenvolvia no contexto de outras disciplinas: Direito, Engenharia, Contabilidade, Administração e Ciências Sociais.

Dessa forma, as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira e o dilema entre o fortalecimento da industrialização através de um modelo de substituição de importações, e o retorno ao modelo agro-exportador problematizam o cenário social em geral e mais especificamente, a instância econômica. Segundo Foucault, se as condições de "individualização" do objeto da Pedagogia e da Medicina se deram com a escola e com o hospital, no caso da Economia no Brasil, a sua autonomia decorre da complexificação e da problematização do seu objeto, pois à medida em que a problematização aumenta e as necessidades de solução pelo conhecimento também aumentam, há uma necessidade de maior institucionalização desse conhecimento. Surgem faculdades de economia e institutos privados e públicos de estudos em economia, há a oficialização da profissão do economista e a conquista da autonomia da Economia. E esse conhecimento vai projetar modelos de desenvolvimento, que tentam superar a nossa condição dependente e subdesenvolvida, ou seja, a Economia vai tentar constituir novas relações de poder para o Brasil, evidenciando uma outra dimensão na relação entre saber e poder apontada por Foucault, pois além do saber se originar no poder, todo saber assegura também um exercício de poder, ambos aspectos já evidenciados nos momentos históricos anteriormente descritos.

"Desenvolvimento" foi o conceito chave desse período, pois embora essa corrente só tenha se tornado paradigmática na década de 50, "o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industriali-

zação integral por meio de planejamento e de decidido apoio estatal” (Bielschowsky, 1988:39) teve suas origens entre 30 e 45.

A corrente “desenvolvimentista do setor público não-nacionalista”, cujo maior representante foi Roberto Campos, era favorável ao apoio estatal à industrialização, mas tinha preferência por soluções privadas nos casos de disputa sobre inversões estatais. Também se aproximava dos neoliberais e se distinguia dos “desenvolvimentistas nacionalistas” na sua inclinação por políticas de estabilização monetária. A corrente “desenvolvimentista do setor público nacionalista”, cujo maior expoente foi Celso Furtado, defendia a presença do Estado em setores estratégicos para a continuidade do processo de industrialização, isto é, mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas. O termo nacionalista decorre da sua diferença em relação à proposta de investimentos estrangeiros em função da fragilidade do capital nacional. Essa corrente também se opõe às políticas de estabilização, dados os perigos da recessão.

Entre 45 e 48, também se originou a corrente socialista, que tinha vínculos com o Partido Comunista Brasileiro. Era desenvolvimentista porque defendia a industrialização e a intervenção estatal mas era a mais radical na questão nacionalista. Seu projeto básico não se limitava à industrialização, mas ao desenvolvimento das forças produtivas propiciadas pela industrialização, através da qual se daria a transição para o socialismo. Seu maior representante foi Caio Prado Júnior e sua orientação teórica vinha sobretudo do materialismo histórico.

As idéias de Celso Furtado talvez tenham sido as que mais se destacaram, pelo fato de terem sido publicadas em grande amplitude e influenciado diretamente o pensamento econômico e o poder político, ou seja, pelo fato de ser um exemplo típico de conhecimento que assegurou exercício de poder. A produção intelectual de Celso Furtado não pode ser deslocada da CEPAL que inaugurou uma reflexão sobre as economias consideradas subdesenvolvidas. Havia um vazio teórico das correntes neoclássica, e marginalista e da marxista no sentido da reflexão específica sobre as economias subdesenvolvidas, o que possibilita um certo ecletismo da CEPAL. Assim, toma-se empréstimos do Neoclassicismo, do Keynesianismo e mesmo do Marxismo para construir um novo sujeito histórico nacional, ou uma saída da rigidez da divisão internacional de trabalho, através da industrialização nos países subdesenvolvidos. Isto porque também havia um desafio ao nível do contexto sócio-econômico. Ou seja, havia um conhe-

cimento disponível e um problema a ser enfrentado, criando a possibilidade de um novo conhecimento (a teoria do desenvolvimento) e a constituição de uma nova relação de poder (a superação do subdesenvolvimento).

O pensamento da CEPAL vai se instalar institucionalmente no Brasil através do BNDE. Na primeira metade dos anos 50, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, o grupo misto BNDE - CEPAL, dirigido pelo economista chileno Anibal Pinto. Na segunda metade dos anos 50, Celso Furtado vai coordenar, dentro do grupo misto BNDE - CEPAL, um estudo sobre a situação da economia brasileira, que daria subsídios ao processo de substituição de importações entre 55 e 62 e as bases do Plano de Metas do Governo JK, que governou o país entre 56 e 61.

Em resumo, as rupturas ocorridas no início do século no nosso país, ao lado do processo de institucionalização da Economia tentando controlar esses desajustes e do seu desenvolvimento teórico, propiciaram um conhecimento científico sobre o econômico no Brasil, o que, por sua vez, viabilizou um novo projeto para o país. Ou seja, o poder exerceu controle mas também produziu conhecimento que sua vez, construiu novas relações de poder.

3. A Economia no contexto acadêmico

3.1 - A Pós-Graduação

Segundo Loureiro, a identidade do economista se faz no bojo da ação prática nos órgãos governamentais e o economista mais científico e menos ensaísta só vai ter proeminência a partir da década de 60, com a criação dos cursos de pós-graduação.⁵

A partir dessa afirmativa e dentro da nossa visão, se nos períodos anteriores era sobretudo o governo que viabilizava a maior parte da produção do conhecimento econômico e dele se apropriava diretamente (poder produzindo conhecimento que por sua vez, também exercia um poder), no período mais recente, o governo instituiu uma reforma universitária e uma política de pós-graduação que vai deslocar, até certo ponto, a produção do conhecimento para o contexto universitário. Ou seja, novas relações de poder se estabelecem e novas condições sócio-institucionais vão se refletir na produção do conhecimento na área de Economia, como se pode ver a seguir.

O período autoritário se caracterizou pela importância da intervenção do Estado na economia, através da qual se obteve uma industrialização crescente e uma internacionalização da estrutura produtiva. O desenvolvimento era considerado sobretudo enquanto modernização cujos objetivos principais se relacionavam ao crescimento econômico. Neste sentido, passou-se a falar muito da necessidade de qualificação dos recursos humanos para o desenvolvimento, da importância do capital humano. A Reforma Universitária é realizada dentro deste espírito de modernização, visando à racionalização e à produtividade do ensino superior (criação dos departamentos, sistema de créditos, ciclo básico) e propunha a associação entre ensino e pesquisa, a ser viabilizada sobretudo por uma política de pós-graduação que visava inicialmente a qualificar os professores das universidades para as atividades de pesquisa.

Assim, a criação da pós-graduação no Brasil é resultado de uma política deliberada do governo que queria a formação de recursos humanos num projeto de modernização de ensino superior e do país. Apesar dos inúmeros problemas existentes, pode-se afirmar, de uma maneira geral, que essa política foi bem sucedida, no sentido do número de titulações obtidas, do regime de trabalho dos professores e da produção docente e discente dos cursos de pós-graduação sobretudo nas universidades públicas (federais e estaduais).⁶

No caso da Economia, essa política também sentiu seus efeitos. Os cursos de pós-graduação em Economia a nível de Mestrado começaram a surgir em 1961. De 71 a 88 foi consolidada a pós-graduação a nível de Mestrado em 22 instituições do país, pois destas 22 apenas sete possuem cursos de Doutorado. O primeiro surgiu em 1972 e o último em 1988⁷. A criação da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) em 1971 também muito contribuiu para a institucionalização do ensino e da pesquisa na pós-graduação em Economia.

A ANPEC promove os Encontros Nacionais de Economia, edita livros, administra o exame nacional de seleção para os cursos de pós-graduação nos centros que estão a ela filiados, bem como os representa em suas relações com várias entidades governamentais.

São onze os estados que possuem pós-graduação em Economia. A maior concentração está em São Paulo⁸ e no Rio de Janeiro. A localização dos cursos está em: Fortaleza (UFCE), Campina Grande (UFPB), João Pessoa (UFPB), Recife (UFPE), Salvador (UFBA), Niterói (UFF),

Rio de Janeiro (UFRJ), (PUC), (FGV), Belo Horizonte (UFMG), Viçosa (UFV), São Paulo (USP), (PUC), (FGV), Campinas (UNICAMP), Piracicaba (USP), Curitiba (UFPR), Porto Alegre (UFRS), Brasília (UnB). Destas 19 instituições todas possuem mestrado e apenas sete doutorado: Recife (UFPE), Rio de Janeiro (UFRJ) e (FVG), Viçosa (UFV), São Paulo (USP) e (FGV), Campinas (UNICAMP). Não fazem parte da ANPEC os centros de pós-graduação de Campina Grande, João Pessoa, de Viçosa, Curitiba e PUC/SP⁹.

Também a USP é a universidade que possui o corpo docente mais produtivo (publicação de artigos, capítulos ou livros). Cerca de 30% dessa produção costuma ser da USP e as 70% restantes estão divididos entre as outras instituições. Deve-se ressaltar, entretanto, que o número de professores no IPE/USP é muito superior ao de outras instituições. Em 1992, o IPE/USP contava com 57 professores enquanto que a UnB tinha 34.

A concessão de bolsas pela CAPES e pelo CNPq, o auxílio à pesquisa pelo CNPq e os recursos de infra-estrutura à pós-graduação fornecidos pela CAPES têm se mostrado como os principais instrumentos para a melhora do ensino e da pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e também na Economia¹⁰.

Na Economia, segundo dados da CAPES, o maior volume de bolsas é concedido para cursos no Brasil. As bolsas para o exterior representam em média 10% das bolsas concedidas no país. As bolsas para o exterior são, na quase totalidade, destinadas ao doutoramento e pós-doutoramento, enquanto que as internas para aperfeiçoamento e mestrado.

Na década de 80, houve uma tendência de aumento na concessão de bolsas de mestrado e também de doutorado. Em 85, foi concedida a primeira bolsa no país para doutoramento, o que revela a tendência recente de doutoramento no país. Inclusive o número de bolsas concedidas para o doutorado tem crescido mais que para o mestrado no período entre 1985 e 1988, pois só em 1987 houve um aumento de 100% nas bolsas de doutorado, enquanto que nas bolsas de mestrado, o aumento foi de 12,27% o que se deve ao fato do número de bolsas de doutorado ter sido muito reduzido.

Quando são analisados os dados separadamente do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (somente para professores universitários), o número de bolsas de Mestrado tem decaído: em 1980, foram concedidas 55 bolsas, enquanto que em 1989 somente 19, ou seja, houve uma queda de 34,5% ao lado de um aumento de 257,6% nas

bolsas de Doutorado, revelando, assim, que a formação a nível de mestre da maioria dos professores de Economia das universidades brasileiras já está bem avançada, como um resultado da política de pós-graduação.

Segundo os dados do CNPq sobre bolsas concedidas no país, de 1987 a 1990, a bolsa de mestrado é ainda a categoria mais concedida, porém, o atendimento vem se reduzindo drasticamente nos últimos anos, atingindo em 1990 o menor atendimento relativo (38,20%) comparado a 77,45% de 1987. O atendimento do pós-doutorado também vem diminuindo. Em 1990, o atendimento relativo foi de 14,29%, comparado a 62,50% em 1987.

As dificuldades mais recentes do CNPq, sobretudo no que se refere aos auxílios de pesquisa, e da CAPES, no que toca aos recursos de infraestrutura e de consolidação da pós-graduação, ao lado do aumento das exigências da avaliação da CAPES tem se refletido no sentido de uma qualidade não-satisfatória dos cursos de pós-graduação em Economia.

Segundo dados de avaliação da CAPES, em 1980, 10 instituições a nível de mestrado obtiveram conceitos A. Em 1989, somente duas (a PUC/RJ e a USP) mantiveram este conceito. A USP iniciou seu curso de mestrado em 1970 e o de doutorado em 1974, de 1980 a 1989 manteve A no mestrado e B no doutorado, que atingiu A em 1989. A PUC/RJ iniciou seu curso de mestrado em 1978 e não tem doutorado, mas manteve conceito A no mestrado de 1980 a 1989. A UFBA e a PUC/SP foram as únicas instituições que ao longo da década conseguiram melhorar a classificação no mestrado, enquanto que as outras tiveram suas avaliações diminuídas. Para os doutoramentos, a USP, a UFV e a UFPE conseguiram melhorar seus desempenhos enquanto que a FGV/RJ e a UNICAMP caíram na avaliação.

Apesar das dificuldades apontadas em relação à instabilidade dos recursos financeiros e que repercutem na qualidade de alguns cursos de pós-graduação, pode-se concluir que há atualmente instituições que produzem e/ou têm condições de produzir conhecimento em Economia no país, embora essa produção e, sobretudo, a pós-graduação a nível de doutorado, esteja concentrada regionalmente e institucionalmente.

3.2 - A Produção em Economia através das revistas, dos anais da ANPEC e dos prêmios.

A análise da produção de cinco principais revistas de Economia na última década¹¹ permitiu constatar que os temas mais recorrentes são

semelhantes, demonstrando que apesar de tendências diferentes das instituições ou mesmo dos autores, a circulação das idéias e/ou teorias no período e os problemas do contexto sócio-econômico contribuíram para essas semelhanças temáticas. São as seguintes: crescimento econômico, desenvolvimento, planejamento, teoria e instituições monetárias e fiscais, economia internacional e agricultura. Dentro desses temas mais gerais, os assuntos mais abordados são crescimento, inflação, políticas econômicas (cambiais, fiscais, monetárias, de estabilização), dívida externa, exportação e agricultura.

Outra constatação é que 35% a 40% dos autores que mais publicam nas revistas estão ligados à própria instituição da revista. Sendo assim, as tendências na produção, refletem sobretudo o pensamento da USP, FGV-SP, FGV-RJ e IPEA.

Os autores mais frequentes nas cinco revistas em ordem decrescente são: Carlos A. Longo, Helson C. Braga, Rudiger Dornbusch, Fernando Homem de Melo, José W. Rossi, Eliana Cardoso, Gervásio de Castro Resende, Eduardo Modiano, Celso L. Martone, Edmar Bacha e Cláudio R. Contador.

Desses autores, em dois pode-se perceber uma especialização em determinado tema. É o caso de Carlos A. Longo que praticamente só escreveu sobre teoria e instituições monetárias e fiscais e de Fernando Homem de Melo que tem a grande maioria dos trabalhos voltados para agricultura.

A análise da produção em Economia através dos prêmios Haralambos Simeonides (1982-1990) e BNDES (1977-1991) concedidos às teses e livros permitiu verificar que as instituições com maior número de premiações têm sido a UNICAMP, USP, PUC/RJ, UnB, UFRJ, FGV e UFPE ¹². Os temas mais recorrentes nos dois prêmios tem sido indústria, estabilização, inflação, política econômica e teoria econômica, enquanto que o tema métodos e modelos econômicos, estatísticos e matemáticos é o assunto mais freqüente do prêmio Haralambos Simeonides. Também é de se ressaltar que geralmente nas bancas examinadoras dos prêmios Haralambos Simeonides há uma participação muito grande de premiados dos anos anteriores.

Os Anais da ANPEC de 1978 a 1991 ¹³ permitiram observar que a USP aparece em primeiro lugar e a UFRJ em segundo, ambas merecendo destaque pois, além de participarem todos os anos, possuem o maior número de apresentações anuais dentro de uma grande variedade

de temas e que a UNICAMP, IPEA, INPES, PIMES e UnB participam sistematicamente, mas com reduzido número de apresentações.

O tema que possui o maior número de apresentações é Economia do Trabalho (80), sendo que em 1991 ele é subdividido em três subgrupos. Em segundo lugar, Economia do Desenvolvimento Regional e Urbano com 66 apresentações e em terceiro, Teoria Econômica (63). Economia Agrícola, Industrial, do Trabalho e História Econômica possuem apresentações em todos os anos analisados. Os temas mais novos são: Macroeconomia e Economia Política que surgiram em 1984. Deve-se enfatizar também que o tema Inflação e Moeda muda de título em 87 (Problemas de Controle Monetário), em 90 passa a se chamar Política Monetária e em 91 é subdividido em Teoria Monetária e Inflação I, II e III, o que pode representar abordagens diferentes a um mesmo tema emergente.

Os autores que mais apresentaram trabalhos na ANPEC em ordem decrescente foram: Helson Braga (83, 84, 85, 86, 88, 89); Carlos Alberto Longo (78, 79, 81, 83, 91); Gervásio C. Rezende e Carlos Roberto Azzoni (78, 79, 84, 91); Fernando Hollanda Barbosa (78, 90, 91); Dercio Munhoz (78, 81, 91); Ricardo Tolipan (81, 84, 91); Maria C. Cacciamali (82, 88, 89); Carlos A. Luque (83, 84, 91); Sonia Dahabi (85, 87, 88) e José Roberto Rodrigues Afonso (85, 87, 88), sendo que alguns deles (como Carlos Alberto Longo e Fernando H. Barbosa, em 1991) aparecem como coordenadores e apresentadores de trabalhos.

Pode-se concluir então que, a partir de uma política de pós-graduação, há uma produção de conhecimento expressivo na área de Economia, que se localiza sobretudo em algumas universidades do Sudeste, mas que ainda tem força em instituições governamentais (como a FGV e o IPEA). Essa produção se vincula ao campo epistêmico das grandes discussões internacionais na área (Escola de Chicago, Escola Austríaca, Escola Neoclássica, etc.) e às grandes questões nacionais como inflação, políticas econômicas e dívida externa, resultando em correntes diferentes (ortodoxas ou heterodoxas). Essas tendências, também podem, até certo ponto, estar vinculadas a certas instituições e a autores. Ou seja, se a FGV é o templo da ortodoxia, deve-se em grande medida à influência de Mário Henrique Simonsen ou a USP na época em que Delfim Netto a dominava. Já a Faculdade de Economia e Administração (FEA) do Rio de Janeiro e a UNICAMP são o templo dos heterodoxos, sob a influência de Maria da Conceição Tavares.

Entretanto, cabe levantar algumas dúvidas, para este último período, na medida em que, de um lado, as relações de poder possibilitaram uma produção de conhecimento, e por outro, esse conhecimento tem tido dificuldades de exercer um maior controle sobre as variáveis econômicas.

Há um conhecimento econômico institucionalizado que se desenvolveu a partir de uma política de formação de recursos humanos para ensino e pesquisa. Então, porque esse conhecimento, recentemente, tem enfrentado tantos impasses na constituição de novas relações de poder para o país, diferentemente do que aconteceu na década de 50 com a teoria do desenvolvimento? Ou seja, quais as raízes da perda de legitimação da Ciência Econômica no momento atual?

Há um desgaste do poder do conhecimento econômico, na medida em que num período de 12 anos, o Brasil teve 11 ministros da Fazenda (contando com o atual que não é economista), 12 presidentes do Banco Central, 12 programas de estabilização da economia, cinco congelamentos de preços, 11 índices oficiais para medir a inflação, 24 propostas de negociação de dívida externa, 16 políticas salariais, 18 políticas cambiais e cinco moedas¹⁴.

Primeiro, é preciso observar que o meio sócio-econômico atual é muito mais complexo (a nível nacional e mundial), fazendo com que nossos problemas se tornem cada vez mais difíceis, e que determinados modelos prescritivos não tenham condições de dar resultados, como deram no passado. Também, em períodos ditatoriais, a imposição de alternativas econômicas de cunho restritivo talvez seja mais fácil. Em segundo lugar, o conhecimento desenvolvido recentemente, sobretudo no contexto universitário, pode ser mais acadêmico e mais teórico e por isso ter mais dificuldades de se implantar através de políticas econômicas efetivas, diferentemente do período em que se produzia sobretudo no aparelho governamental. Finalmente, há também uma crise de paradigmas ao nível das ciências humanas, fazendo com que a crise econômica se torne mais ainda complexa em função da crise teórica.

Ou seja, há um conhecimento institucionalizado e disponível, mas com impasses teóricos e práticos, além de problemas econômicos da maior gravidade. Como esse conhecimento poderá ter condições de se constituir em poder? Como ele poderá estabelecer um novo projeto para o país?

Bibliografia

AGAREZ, Isis Carneiro - "A produção de teses em Economia nos centros da ANPEC", in: Literatura Econômica, Vol. 08, n.02, jun. 1986.

AZEVEDO, Fernando - As Ciências no Brasil. (Vol. 1 e 2) São Paulo, Editora Melhoramentos, 1956.

BIELSCHOWSKI, Ricardo - Brazilian Economic Thought in the Ideological Cycle of Developmentalism (1930-1964). Rio de Janeiro, 1985, mimeo.

BOMENY, H. e BIRMAN, P. (org.) - As Assim Chamadas Ciências Sociais. Rio de Janeiro, UERJ: Relume Dumará, 1991.

BOURDIEU, P. - "Champ Intellectuel et Projet Createur", in: Les Temps Modernes, n.26, Novembro, 1966.

BOURDIEU, P. - "O Campo Científico", in: Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.37: Bourdieu, São Paulo: Átucam 1985.

BOURDIEU, P. - A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Editora Perspectiva, 1982.

CAILLE, A. - Splendeurs et misères des sciences sociales. Esquisses d'une mythologie. Genève, Droz, 1986.

CASTRO, Cláudio Moura - "O que faz um economista", in Revista Brasileira de Economia, Vol. 24, n.4, out./dez. 1970.

DURHAN, Eunice - "A Política de Pós-Graduação e as Ciências Sociais", in: BIB n.21, 1986.

DURHARN, E. e GUSSO, D.A. - Pós-Graduação no Brasil: Problemas e Perspectivas. Brasília, MEC/CAPES, julho/1991.

EKERMANN, Raul - "A comunidade de economistas do Brasil: dos Anos 50 aos dias de hoje", in Revista da Fundação Getúlio Vargas. Vol. 43, n.02, abril/junho 1989.

FERRI, Mário Guimarães e MOTOYAMA, Shozo - História das Ciências no Brasil. EDUSP, E.P.U, CNPq. São Paulo, 1979.

FIGUEIREDO, V. e SOBRAL, F. - "A Pesquisa nas Universidades Brasileiras", in: Universidade Pública, Política, Desempenho, Perspectivas. São Paulo, Papirus, 1991.

FOUCAULT, M. - A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, M. - As Palavras e as Coisas. Lisboa, Portugalia Editora, 1968.

FOUCAULT, M. - História da Sexualidade I - A Vontade do Saber. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

- FOUCAULT, M. - L'ordre du Discours. Paris, Gallimard, 1971.
- FURTADO, C. - A Fantasia Organizada. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 4a. Edição, 1985.
- FURTADO, C. - O Mito do Desenvolvimento Econômico. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1984.
- GONÇALVES, Reinaldo e DAVID, Mauricio Dias - "A Produção Acadêmica nas Principais Revistas de Economia: balanço de uma década", in Literatura Econômica, Vol. 04, n.3, maio-junho 1982.
- IPEA - 15 anos de Pesquisa Econômica - uma seleção de estudos de IPEA. Rio de Janeiro, 1989.
- LOUREIRO, M.R. - Os Economistas no Brasil: Intelectuais do Poder. Caxambu-MG, Reunião Anual da ANPOCS, 1991.
- MACHADO, R. - Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- MARTINS, R. de C. - "A Pós-Graduação no Brasil: Uma análise do Período de 1970-1990", in Educação Brasileira, Vol. 13, n.27 - segundo semestre 1991.
- MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V.B. (org.) - Inteligência Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MOREL, R.L.M. - A Pesquisa Científica e seus Condicionamentos Sociais. Rio de Janeiro: Ahamé, 1979.
- MORIN, E. - Science avec Conscience. Paris: Fayard, 1982.
- NETO, Delfin A. - "As oportunidades, os problemas e a estratégia para melhorar no Brasil o treinamento universitário em Economia", in: Revista Brasileira de Economia, ano XX, n.4, dez. 1966.
- OLIVEIRA, Francisco - "A Economia Brasileira: crítica à razão dualista". Seleções CEBRAP n.1, Brasiliense, São Paulo, 1987.
- SIMONSEN, Henrique Mário - "O ensino em nível de pós-graduação no Brasil", in Revista Brasileira de Economia, ano XX, n.04, dezembro 1966.
- SOLA, L. - "The political and ideological constraints to economic monagement is Brasil", 1945-1963. University of Oxford, 1982.
- STEPAN, Nancy - Gênese e Evolução da Ciência Brasileira. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Editora Artenova, 1976.
- VELHO, O.G. - "Processos Sociais no Brasil Pós-64: As Ciências Sociais", in: Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WEBER, M. - O Político e o Cientista. Lisboa: Presença, 1973

Notas

¹ Exemplos são o hospício, o hospital e a escola examinatória, instituições que possibilitaram o controle e a individualização da loucura, da doença e do exame, permitindo a formação de saberes como a Psiquiatria, a Medicina Clínica e a Pedagogia.

² Por exemplo: Dafert, que passou a dirigir o Instituto Agrônomo de Campinas-IAC criado em 1887.

³ A Universidade do Brasil foi criada em 1931 pelo Governo Federal.

⁴ Corresponde à transformação da Faculdade Nacional de Política e Economia criada na Universidade do Brasil em 1937.

⁵ In Anais do Seminário "Condições Sociais da Produção do Conhecimento", *Série Sociologia* n.99, Brasília, 1993.

⁶ Tanto os problemas como os efeitos da política de pós-graduação em geral estão discutidos em outros artigos: Figueiredo, V. e Sobral, F.A. "A Pesquisa nas Universidades Brasileiras" in: Universidade Pública: Política, Desenvolvimento e Perspectivas. São Paulo, Papirus Editora, 1991.

⁷ Dados provenientes dos relatórios de avaliação da CAPES de 1980 a 1989.

⁸ São Paulo possui 5 dos 22 cursos existentes (22,7%).

⁹ O curso de Mestrado do NAEA/UFGA não consta desta lista pois é classificado numa área econômico-social.

¹⁰ A Economia também tem recebido financiamento da Fundação FAD, FINEP, BNDES e de outras instituições.

¹¹ Revista Brasileira de Economia da FGV-Rio, Conjuntura Econômica da FGV-SP, Estudos Econômicos da USP, Revista de Economia Política e Pesquisa e Planejamento do IPEA.

¹² Também são estas instituições que têm o maior número de docentes, com exceção da PUC/RJ que só possuía 14 em 1992.

¹³ Com exceção do ano de 1980, ao qual não se teve acesso.

¹⁴ Dados da revista *Isto É*, de 04 de agosto de 1993.

Resumé

Cet article analyse les rapports entre le champ de la connaissance dans le domaine de l'Économie et le champ du pouvoir, à partir de la

pensée de *Michel Foucault* selon laquelle le pouvoir permet l'organisation de certains savoirs, en même temps où tout savoir permet aussi l'exercice du pouvoir. Le thème est traité en différentes époques de l'histoire brésilienne. Tout d'abord, sont traités les origines et le développement de la pensée économique au Brésil Empire et à la Première République, ensuite la période (décennies de 40 et 50) où l'Economie conquiert son autonomie par rapport à d'autres disciplines (Droit, Politechnique, Comptabilité, Sciences Sociales), moment aussi de l'émergence de la théorie du développement. En conclusion sont présentées les principales tendances et institutions de production scientifique dans le domaine de l'Economie à partir de la Réforme Universitaire de 1968 et de l'établissement d'une politique d'études au niveau de Maitrise et Doctorat.

Abstract

This article analyses the links between economic knowledge and the notion of power as expressed in the ideas of Michel Foucault, whereby power promotes the organisation of certain areas of knowledge, and at the same time, this knowledge provides elements for the exercise of power. This issue is examined in different periods of Brazilian history. From the origins and development of economic thought during the Empire and the First Republic (1940s and 1950s) to the period in which Economics won its autonomy in relation to the other disciplines with which it was associated (Law, Accounting and Social Sciences). Finally, it presents the main trends and centers of production of knowledge in Economic Sciences, after the 1968 university reform and the establishment of graduate studies.